

Banqueiros temem o calote da dívida

MARIA LUISA MARCOCCIA

SÃO PAULO — O receio de que o Presidente eleito, em nome do combate ao déficit público, venha a dar um calote na dívida interna é um fantasma que ainda atormenta o sono de lideranças do sistema financeiro. Termômetro disso é a contundência dos pronunciamentos de dirigentes do setor, que engrossam cada vez mais as advertências contra qualquer medida compulsória que imponha perdas patrimoniais aos investidores que, diariamente, financiam uma dívida pública mobiliária avaliada em US\$ 60 bilhões (NCZ\$ 360 bilhões ao câmbio oficial).

O Presidente executivo do Bradesco, Lázaro de Melo Brandão, por exemplo, é categórico ao dizer que a solução para o endividamento interno deve ser natural, isto é, deixar que o mercado vá absorvendo gradualmente títulos que alonguem o perfil da dívida, permitindo ao Governo sair do frenético ritmo do **overnight**. O mesmo pensa o Superintendente-Geral do Banco Credit Commercial de France do Brasil, Bernard Menciaer, segundo quem o principal prejudicado por mecanis-

mos unilaterais de redução da dívida será o próprio Governo. Em primeiro lugar, porque terá que socorrer grandes bancos carregados em títulos públicos que não forem honrados e, numa segunda etapa, porque perderá os financiadores da dívida, já que cairá por terra a credibilidade

em torno de qualquer política monetária que se queira estabelecer.

A administração do veio financeiro do Governo, portanto, não deve dar muitas asas à imaginação de fórmulas mágicas, reforça o Presidente da Bolsa Mercantil & de Futuros, Luiz Masagão Ribeiro. Ele afir-

ma que mesmo a esquerda com seu discurso inovador não terá muita mobilidade para colocar em prática o que prega, referindo-se à linha estatizante do PT e PDT. Cita que, além de herdar um orçamento já enxuto de disponibilidades para gas-

tos, o próximo Governo terá que se submeter a várias negociações com o Congresso, que adquiriu mais poderes na área financeira. Masagão acha que o entusiasmo da vitória logo cederá à realidade da economia desajustada, que precisa atrair a poupança privada e não afugentá-la.



Masagão lembra a situação na França

O Presidente da BM&F, Luiz Masagão, lembra que ao Presidente da França, François Mitterrand, não restou alternativa senão voltar atrás no programa de estatização dos bancos e, logo no início de seu Governo, rever a suspensão das 17 maiores **blue-chips** negociadas na Bolsa. Ele teme, inclusive, pela má interpretação que os candidatos estão tendo da figura do especulador no mercado de capitais, confundindo-o com o manipulador. Por isso, está mantendo contatos com assessores dos principais partidos visando a mostrar-lhes que o especulador, por entrar com seus próprios recursos e riscos, exerce papel importante nos negócios das Bolsas, ao contrário daquele que concentra operações com intuito de manipular e distorcer cotações.

A receita de Lázaro de Melo Brandão para o ordenamento do débito interno passa por um ajuste econômico duro, que envolva austeridade e cortes de gastos, reformulação da política fiscal e até uma recessão temporária. Para ele, o saneamento do déficit é condição fundamental para que o Governo não recorra com tanta intensidade ao mercado e reduza a emissão de títulos.